LEYLA PERRONE-MOISÉS

por Fábio Andrade
e Eduardo Cesar Maia

Mutações da literatura no século XXI *(2016) é o mais recente livro de Leyla Perrone-Moisés. Em sua linguagem sempre clara e precisa, a literatura é apresentada em suas conexões com temas candentes da atualidade – a questão do valor artístico das obras, a dissolução da própria noção de literatura em sua tensa relação com o mercado, as tendências mais recentes, a importância de uma escrita literária exigente dentro da profusão de informação do mundo contemporâneo, entre outras questões prementes.* Mutações da literatura *dá prosseguimento a reflexões que atravessam sua atuação crítica desde o livro* Altas literaturas *(1998), e exprime uma das principais preocupações da autora em sua trajetória crítica: comunicar-se com um público cada vez mais amplo, desde leitores especializados até o* common reader. *Nesta entrevista, Leyla discute o papel e os limites dos estudos culturais no âmbito da teoria e da crítica literárias, questionando a politização exagerada que se tem feito da literatura – fenômeno que, segundo ela, tem colocado em segundo plano a dimensão propriamente artística dos textos literários. Além disso, comenta alguns de seus trabalhos marcantes na área da crítica e defende a inadequação da literatura à lógica de um mundo tecnocrata e utilitarista.*

Falemos sobre validez intelectual e acadêmica do gênero ensaístico, visto por alguns como um tipo de registro não científico e pouco rigoroso. Quais os melhores argumentos em defesa do ensaio?

Considero o ensaio como um gênero literário, portanto artístico e não científico. As principais qualidades do ensaio são sua liberdade formal e a inclusão da subjetividade do ensaísta. Liberdade e subjetividade, no ensaio, não são, entretanto, ilimitadas. Para que tenha um valor de conhecimento, ele precisa ter um desenvolvimento lógico partilhável com outras subjetividades. O ensaio não é monológico, mas dialógico. Em suas melhores realizações, o ensaio é uma conversa com o leitor, que pode incluir desde o discurso especializado mais rigoroso até o discurso especulativo mais livre.

Que balanço pode ser feito hoje sobre os rumos da crítica literária universitária?

Um balanço sério dos caminhos seguidos pela crítica universitária desde a segunda metade do século XX não cabe numa resposta sintética. Em termos muito gerais, podemos dizer que a crítica universitária tem oscilado entre o privilégio concedido à forma e o privilégio concedido ao sentido das obras literárias. Passou por uma fase formalista, com o estruturalismo, que gerou sua autocrítica filosófica no pós-estruturalismo, o qual teve como efeito colateral a politização dos Estudos Culturais, que encaram as obras a partir de seus temas. É curioso observar que esse percurso da crítica universitária originou-se na França, foi adotado nos Estados Unidos sob o nome de *French Theory* e aí colocado sob a égide do "politicamente correto". A crítica universitária brasileira foi seguindo esse movimento, sempre com um pequeno atraso.

Como você reavaliaria hoje a herança intelectual de nossa chamada "crítica de rodapé", de críticos humanistas como Álvaro Lins, Otto Maria Carpeaux ou Sérgio Milliet, tão pouco estudados hoje em nossas universidades?

A crítica de rodapé exerceu um papel importantíssimo na cultura literária brasileira, na medida em que era praticada por intelectuais como esses cujos nomes você cita, possuidores de uma base de leituras vasta e internacional. Infelizmente, no Brasil, não temos uma tradição crítica na qual as reflexões dos pensadores anteriores seja prosseguida e renovada. Nossos grandes críticos mortos são esquecidos e cada novo crítico quer recomeçar da estaca zero. Já estive em bancas universitárias em que os candidatos tratavam de um escritor sem mencionar na bibliografia nenhum dos críticos anteriores que escreveram sobre aquele autor, mas apenas teóricos estrangeiros que, segundo os autores das teses, lhes permitiam uma nova visão do tema. Quanto àqueles críticos humanistas que você

Álvaro Lins na aquarela de Zenival

cita, ainda são temas de algumas pesquisas universitárias. Eu mesma já orientei um doutorado sobre Sérgio Milliet. Mas, de fato, é pouco.

Qual o lugar do crítico literário hoje como intelectual público? Ou não há mais lugar e estamos condenados a conversar somente entre nós, os "especialistas"?

É um lugar muito reduzido, assim como o lugar da literatura na vida cotidiana das pessoas e na mídia. Na mídia, a literatura só tem destaque em função das festas literárias, dos prêmios e da pessoa do escritor, cultivada como celebridade. Para que o crítico literário fosse de fato um intelectual público, seria necessário que as pessoas lessem mais e que os jornais de grande circulação lhes reservassem um espaço maior do que o das breves resenhas de livros, as quais cumprem uma função ambígua entre a avaliação crítica e a publicidade das editoras ou dos amigos dos jornalistas. Enquanto isso, continuamos conversando entre nós, os "especialistas", e nossas conversas não cumprem a função social que deveriam cumprir, a função de alargamento e de aprimoramento do público leitor.

> Um escritor que não tem uma reflexão, mesmo mínima, sobre a atividade que exerce tornou-se um anacronismo. Só os românticos tardios acreditam na criação espontânea e na inspiração

Em A falência da crítica, *você estuda a recepção crítica da obra de Isidore Ducasse, o conde de Lautréamont, um dos maiores poetas malditos de então. Há lugar ainda para a subversão na literatura, num tempo de absolutas liberdades como o nosso?*

A figura do "poeta maldito" é historicamente datada. Lautréamont foi considerado maldito pela sociedade puritana do Segundo Império francês, e cultivado como tal pelos surrealistas. Na verdade, pesquisas posteriores sobre Isidore Ducasse me levaram a vê-lo menos como um marginal e mais como um jovem talentoso revoltado contra o ensino da retórica e da literatura nos liceus franceses do fim do século XIX. Essa revolta juvenil foi assumida por ele com uma liberdade inédita e precursora, do ponto de vista da temática homossexual e do estilo paródico. Atualmente, os *Cantos de Maldoror* não chocam mais ninguém, mas continuam impressionantes pela força de sua linguagem. Num tempo de absoluta liberdade temática como o nosso, a subversão literária só pode ser exercida na prática da linguagem.

Em Altas literaturas, *você apresenta os chamados "escritores-críticos". É possível falar de escritores com esse perfil atualmente, ou a ausência deles seria um sintoma desse novo momento, pós-moderno ou pós-utópico, como querem alguns?*

O exercício da crítica pelos próprios escritores é um fenômeno da alta modernidade que continua ativo na modernidade tardia ou pós-moderna. Numerosos escritores contemporâneos têm publicado obras teóricas ou críticas, de maior ou menor valor. Um escritor que não tem uma reflexão, mesmo mínima, sobre a atividade que exerce tornou-se um anacronismo. Só os românticos tardios acreditam na criação espontânea e na inspiração.

João Cezar de Castro Rocha propõe uma espécie de "esquizofrenia produtiva" para a crítica contemporânea, ou seja, o desenvolvimento de uma linguagem por parte do crítico acadêmico, paralela ao jargão teórico, capaz de ser compreendida por um público leitor mais amplo. Como você vê essa questão?

Como sempre pratiquei uma linguagem acessível ao público letrado não universitário, não vejo isso como uma "esquizofrenia". Comecei minha carreira muito jovem, no fim dos anos 1950, no saudoso Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, idealizado por Antonio Candido e dirigido por Décio de Almeida Prado, com os quais aprendi que o jornalismo literário podia ser sério sem ser hermético e chato. Como cronista de jornal, também aprendi a condensar meus textos em poucas páginas. Minha carreira universitária se iniciou de fato dez anos mais tarde, e minhas teses, publicadas posteriormente em livros, foram escritas com o mesmo objetivo de clareza e comunicação. Portanto, nunca senti nenhuma separação profunda entre meus escritos, minhas aulas, meus textos acadêmicos e os artigos de jornal que continuei publicando de maneira esporádica.

Sua posição crítica em relação aos Estudos Culturais é bem conhecida. Qual é o maior problema em se confundir crítica com ativismo político-ideológico?

Minha oposição aos Estudos Culturais não é uma negação do valor desses estudos do ponto de vista sociológico e político, e muito menos um repúdio às causas que eles defendem. Existem verdadeiros e valiosos estudos culturais praticados por historiadores e sociólogos. O que contesto é a aplicação generalizada dos chamados *Cultural Studies* à crítica e ao ensino literários, porque eles reduzem as obras à temática, tomando-as apenas como pretextos para a defesa (ou pior, para a pregação) de causas "politicamente corretas". Esses trabalhos desprezam a especificidade da arte das palavras, elogiam ou condenam obras do passado em função de ideologias posteriores a elas. Quando aplicados dessa maneira, os estudos culturais ignoram a própria história social e cultural que pretendem analisar.

Se você fosse chamada pelo Ministério da Educação para falar da relevância da literatura na formação de nossos jovens no século XXI, que argumentos utilizaria?

Meus argumentos seriam os mesmos que tenho repetido há muito tempo em livros ou artigos. Vivemos numa época utilitarista, em que a educação é pensada apenas como destinada a formar mão de obra para o funcionamento econômico da sociedade. Nesse contexto, pergunta-se: para que serve a literatura? A literatura não responde a demandas práticas da sociedade, mas a demandas de valores não quantificáveis,

individuais e coletivos. O ser humano sente a necessidade de algo mais do que "pão e circo". A literatura desenvolve o autoconhecimento, o conhecimento dos outros homens, a imaginação e o espírito crítico, faculdades que aprimoram o indivíduo inclusive em suas atividades profissionais.

Uma das alegações contra o ensino tradicional da literatura se refere a um pretenso elitismo desse ensino. Sendo o texto literário um texto tão complexo e sofisticado, por que manter a literatura nos currículos do ensino médio? Podemos dar as seguintes respostas: porque, exatamente por ser complexo, a leitura do texto literário exige uma aprendizagem que deve ser iniciada na juventude. Além disso, considerar elitista o ensino de matérias complexas é subestimar a capacidade dos alunos. A complexidade é uma questão de nível. O ensino deve ser oferecido em níveis progressivos, no estudo da linguagem como no estudo de outras matérias. Alguém diria que a fórmula de Einsten, $E=mc^2$, é elitista? A verdade é que, para chegar a compreendê-la, a pessoa precisa estudar física.

A mesma acusação de elitismo foi feita, por outras razões, contra os programas constituídos de escritores "canônicos". A introdução, nos programas escolares, de textos comunicativos extraídos da mídia, mais fáceis e mais ao gosto dos jovens, em prejuízo dos textos clássicos, é uma irresponsabilidade. Além de privar os alunos do conhecimento de sua herança cultural, deixa-os despreparados para enfrentar o Enem e os vestibulares que, contrariando as diretrizes do MEC, mantêm os autores clássicos da língua em seus exames.

A pretensa democratização do ensino, como nivelação baseada na "realidade dos alunos", redunda em injustiça social. Oferecer ao aluno apenas aquilo que já consta em seu repertório é subestimar sua capacidade de ampliar seus conhecimentos, e privá-lo de um bem a que ele tem direito. Ensinar é elevar progressivamente o nível dos alunos, alargar seus repertórios e aprimorar sua proficiência linguística. Alguns educadores se apoiam na mesma falsa ideia de democracia ao combater o ensino da língua culta como "autoritário". Será democrático formar alunos que serão incapazes de entender a língua oficial dos contratos que assinarão ao longo da vida, e da própria Constituição do país?